

## O ENTRELACE ENTRE GÊNERO, PEDAGOGIA E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Brisa Bié da Silva<sup>1</sup>  
Clara Cristina Senra Silva<sup>2</sup>  
Júlia dos Santos Pieroni<sup>3</sup>  
Lara Oliveira Barbosa<sup>4</sup>  
Natacha Graciano Pereira Costa<sup>5</sup>  
Francisco André Silva Martins<sup>6</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo trazer à baila a síntese dos resultados de uma pesquisa, em nível de graduação e de cunho monográfico, desenvolvida no âmbito do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Tratou-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico que se debruçou sobre artigos acadêmicos disponibilizados em uma plataforma específica de divulgação. Partindo dos trabalhos angariados, o intuito foi de analisar, em que medida, os pesquisadores abordaram a relação entre Gênero e Pedagogia no Sistema Socioeducativo, bem como a maneira estabelecida para tal abordagem. O Sistema Socioeducativo brasileiro, encontra-se voltado à reintegração de jovens em conflito com a lei, sendo significativos os desafios enfrentados. Nesse contexto, a compilação desses dados se mostrou fundamental como possível contribuição para a ampliação de abordagens pedagógicas mais inclusivas e eficazes. Em que pese a significância dos dados levantados, ao fim e ao cabo, se percebe a necessidade de avanços quanto às questões relacionadas ao Gênero e à Pedagogia no funcionamento vigente no Sistema Socioeducativo.

**Palavras-chave:** Gênero. Pedagogia. Sistema Socioeducativo. Educação.

**ABSTRACT:** This article aims to present the results of a monographic undergraduate research study developed within the scope of the Pedagogy course at the Faculty of Education of the State University of Minas Gerais. This was a bibliographical research that focused on academic articles made available on a specific dissemination platform. Based on the works collected, the aim was to analyze the extent to which researchers addressed the relationship between Gender and Pedagogy in the Socio-Educational System, as well as the established manner for such an approach. The Brazilian Socio-Educational System is focused on the reintegration of young people in conflict with the law, and the challenges faced are significant. In this context, the compilation of these data proved to be fundamental as a possible contribution to the expansion of more inclusive and effective

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia. Faculdade de Educação – Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG).

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia. Faculdade de Educação – Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG).

<sup>3</sup> Graduada em Pedagogia. Faculdade de Educação – Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG).

<sup>4</sup> Graduada em Pedagogia. Faculdade de Educação – Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG).

<sup>5</sup> Graduada em Pedagogia. Faculdade de Educação – Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG).

<sup>6</sup> Doutor e Mestre em Educação (FaE-UFMG). Pós Doutor em Educação (UFOP). Professor Efetivo da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG). Cursos de Pedagogia e História. Coordenador do Grupo de Pesquisa Observatório das Juventudes. Coordenador do Projeto de Extensão “Cola Comigo!” trocando ideias com as juventudes. E-mail: francisco.martins@uemg.br.

pedagogical approaches. Despite the significance of the data collected, ultimately, there is a need for progress in issues related to Gender and Pedagogy in the current functioning of the Socio-Educational System.

**Keywords:** Gender. Pedagogy. Socio-educational system. Education.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo sintetiza as reflexões empreendidas mediante dados angariados e analisados em uma pesquisa monográfica, em nível de graduação, no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE-UEMG). Inicialmente a pesquisa teria como foco de seus estudos as questões de Gênero e o exercício da Pedagogia por parte de mulheres atuantes no Sistema Socioeducativo, isso com o objetivo de compreender os desafios e as possibilidades para o exercício profissional das referidas mulheres. No contexto anteriormente apontado seriam utilizadas entrevistas semiestruturadas com pedagogas que desempenhassem tais funções no sistema. Em função de barreiras burocráticas decorrentes do funcionamento do próprio sistema, o caminho metodológico inicial se tornou de execução inviável mediante o tempo disponível. A proposta passou a ser estudar as relações entre Gênero e Pedagogia no Sistema Socioeducativo mediante os resultados disponibilizados em artigos científicos publicados em uma plataforma específica.

O Sistema Socioeducativo do Brasil, que visa a reintegração de jovens em conflito com a lei, lida com obstáculos consideráveis, tais como a superpopulação, a fragilidade das condições educacionais e a falta de visibilidade das especificidades de gênero. A educação, estabelecida como um direito básico na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), deve ser percebida como uma ferramenta de mudança social. Contudo, a experiência de adolescentes privados de liberdade expõe uma variedade de barreiras que impedem o acesso a uma educação de qualidade (Martins & Araújo, 2024). Essas barreiras se tornam ainda mais marcantes quando se leva em conta a questão de gênero, já que meninos e meninas lidam com distintas realidades e obstáculos dentro dos estabelecimentos de internação, espelhando as disparidades estruturais existentes na sociedade.

Ademais, as metodologias de ensino nas instituições de internação, muitas vezes, desconsideram a variedade de vivências e identidades de gênero dos adolescentes, tal fato se sustenta com os dados fornecidos pelo Estado sobre sua própria estrutura

organizacional. No estado de Minas Gerais disponibiliza apenas uma unidade feminina de internação provisória e duas unidades de semiliberdade para o cumprimento das medidas socioeducativas. Esse não reconhecimento das especificidades das questões de gênero não só prejudica a efetividade da educação proporcionada, como também perpetua a marginalização e a exclusão social. Assim, é essencial uma avaliação criteriosa, partindo das questões estruturais e de funcionamento, visando contribuir para uma reformulação que considere as particularidades das questões de gênero e o exercício integral da cidadania, bem como a garantia dos direitos humanos não apenas para humanos considerados direitos (Araújo et al., 2024). Uma análise mais aprofundada sobre a presença feminina nas equipes pedagógicas dessas unidades revela que, muitas vezes, as mulheres são maioria nas funções educacionais, mas enfrentam limitações institucionais que restringem sua atuação. Dados concretos sobre o número de pedagogas atuando no sistema socioeducativo ainda são escassos, o que reforça a necessidade de pesquisas mais direcionadas para entender melhor essa dinâmica.

A decisão de discutir o referido contexto se justifica pela necessidade de tratar as disparidades de gênero em contextos socioeducativos, onde a educação deveria ser um instrumento de emancipação. As circunstâncias de restrição de liberdade, muitas vezes, perpetuam a exclusão e a infração dos direitos dos jovens, tornando mais difícil o seu crescimento e a elaboração de planos de vida. A educação, quando negligenciada ou mal compreendida, não desempenha seu papel de transformação. O estudo das relações de gênero contribui para uma melhor compreensão do modo como essas desigualdades se apresentam.

Uma pesquisa de caráter científico, de acordo com a área de desenvolvimento, vai demandar procedimentos metodológicos específicos, condizentes com o trabalho a ser desenvolvido. Uma pesquisa de caráter bibliográfico, como o foco em artigos científicos, não se mostra diferente ao demandar um movimento inicial de apropriação do arcabouço teórico referente ao debate proposto. Sendo assim, os passos iniciais foram dados com a busca de sustentação teórica alcançada por meio do acesso, leitura e debate de um arcabouço de obras com o foco nas questões referentes ao Gênero e à Pedagogia, posteriormente houve a ampliação do espectro de busca com o acesso ao debate que envolve o Sistema Socioeducativo. Tal procedimento serviu para embasar o diálogo a ser estabelecido com os artigos angariados e o devido cuidado na análise desses trabalhos.

Nesse contexto, a pesquisa assumiu o contorno do que pode ser nomeado como sendo uma Metapesquisa (Mainardes, 2021), ou seja, uma pesquisa que se debruça sobre a produção de outras pesquisas e das produções delas decorrentes, como os artigos. Tal procedimento reverbera na possibilidade de identificar tendências e fragilidades de determinados campos, bem como contribuir para o aumento dos níveis de rigor quanto às pesquisas vindouras. Jefferson Mainardes (2021), argumenta que “a metapesquisa é uma metodologia distinta dos estudos de revisão: revisão de literatura, revisão sistemática, metanálise, estado da arte e estado do conhecimento. A metapesquisa é interdisciplinar e está preocupada em avaliar pesquisas, como o objetivo de melhorar o empreendimento científico” (p. 26).

Para o levantamento dos artigos optou-se pelo uso da plataforma Google Acadêmico<sup>7</sup>. Tal opção se fundamentou no fato de a referida plataforma ter se mostrado a mais popular entre os estudantes do referido curso de graduação. De posse da plataforma que serviria como locus de pesquisa e levantamento de dados, passou-se ao levantamento propriamente dito. Cientes que a dinâmica das bases de dados é ininterrupta e que os dados mudam diuturnamente, mediante a rapidez da disponibilização de novos arquivos e trabalhos, demarcou-se uma data específica para angariar os dados, o dia 11 de junho de 2024.

Em debate antecedente à data da pesquisa, foram determinados os termos que seriam utilizados para um maior alcance de dados e, conseqüentemente, ampliação do espectro de análise. Os termos utilizados foram: 1) Sistema Socioeducativo; 2) Gênero; 3) Pedagogas e 4) Atuação. Tais termos foram reorganizados de maneiras distintas, pois tal ação possibilitou a evidência de produções científicas que não apareciam quando se usavam todas as palavras em apenas um arranjo. Os modos de organização se deram com os seguintes conjuntos de palavras: 1º) Atuação - Pedagogas - Sistema Socioeducativo (33 arquivos); 2º) Pedagogas - Gênero - Sistema Socioeducativo (55 arquivos) e o 3º) Pedagogas - Sistema Socioeducativo (33 arquivos). Assim, foram catalogados 121 trabalhos acadêmicos, somando-se o total encontrado em cada um dos três arranjos.

Diante do compêndio de trabalhos, foi feita a triagem daqueles que se adequaram aos objetivos da pesquisa, bem como ao critério estabelecido de analisar somente artigos. Tal critério para delimitação quanto ao tipo de trabalho a ser analisado se fundamenta no

---

<sup>7</sup> <https://scholar.google.com.br>

que Martins & Amaral (2023) defendem, ou seja, “que os resultados de pesquisas publicadas por meio de artigos têm maior circulação e acesso ao grande público” (p. 5), uma vez que, esses se tornam uma forma mais dinâmica e acessível de disponibilização de dados produzidos por pesquisas de cunho acadêmico. O alcance final foi de 15 artigos que se adequaram ao escopo da pesquisa e que ao serem analisados culminaram nas discussões empreendidas no presente texto.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Elementos para Discussão Sobre Pedagogia, Gênero e Sistema Socioeducativo**

Diante da complexidade envolvida em uma pesquisa que ambiciona relacionar elementos da Pedagogia, tangenciando as questões de Gênero e o Sistema Socioeducativo, faz-se necessário a estruturação de arcabouço teórico condizente, capaz de proporcionar a sustentação do debate proposto. Nesse sentido, partiremos das discussões que envolvem a Pedagogia e seu vínculo intrínseco com a educação, com o intuito de estabelecer uma tessitura que consiga, fidedignamente, retratar sua importância nas instituições sociais.

Nos parece prudente estabelecer prontamente o que entendemos por Pedagogia no contexto debatido no presente trabalho. Para muito além do seu sentido literal, advindo da antiguidade, como sendo a condução da criança, na sociedade hodierna estamos tratando de Pedagogia sob a perspectiva dos problemas e métodos que implicam pensar as formas de potencializar o processo educativo (Ghiraldelli Júnior, 1995). Na atualidade, refletir sobre tais processos ultrapassa pensar a educação exclusivamente do ponto de vista socializador, como coerção social das gerações mais velhas sobre as novas gerações. A dinâmica social, pelas tensões e conflitos que dela decorrem, contribuíram para uma ampliação exponencial do que se compreende como educação, assim como ampliaram também as expectativas quanto a seus efeitos na realidade social. Seria ingenuidade pensar que as questões de ordem pedagógica passariam incólumes e não seriam afetadas em igual teor.

A compreensão ampliada do que possa ser considerado como ação de educar e formar os sujeitos sociais reverbera no reconhecimento de outros lugares educativos para além da escola. Locais produtores de saberes como hospitais, sindicatos, movimentos

sociais, passam a demandar ações de profissionais qualificados, o que amplia o campo de atuação dos/as profissionais de Pedagogia. Nesse mesmo bojo, instituições como o Sistema Socioeducativo e o próprio Sistema Prisional, dadas as mudanças quanto a sua responsabilidade, de instituições exclusivamente destinadas a penalizar os indivíduos, passa a cumprir também com a função de ressocializar quem havia cometido alguma falta na sociedade, culminando com a necessidade de um profissional de Pedagogia compor sua estrutura.

Todavia, não nos pode escapar do horizonte de análise que a Pedagogia historicamente foi vista pelo imaginário social de forma rasteira, e ainda o é em alguma medida, como uma função de menor prestígio, que seria desenvolvida majoritariamente por mulheres que iriam cuidar de crianças, a tia do jardim (Freire, 1997). Esse processo, por mais que possa soar para algumas pessoas como algo afetivo, tem um efeito rebote demasiado negativo, que culmina na representação da docência como sacerdócio, como dom, como doação e para tal uma pessoa abnegada não precisa receber o devido reconhecimento, ela faz por amor ao ofício. Paulo Freire (1997), em sua obra “Professora sim, tia não”, explicita os efeitos deletérios desse discurso para a profissão e com maior efeito pejorativo sobre as mulheres.

O contexto abordado, que não se restringe à Pedagogia, explicita marcadores que nos permitem inferir que a sociedade tende a vincular determinadas profissões como sendo de exercício masculino ou feminino. Simone de Beauvoir (2008), muito bem aborda tais questões em sua obra “O Segundo Sexo”. A autora sustenta que a sociedade na forma como se organiza prescreve papéis específicos aos gêneros, particularizando a divisão do trabalho e restringindo as oportunidades de mulheres em determinadas profissões e campos. Dito isso, nos perguntamos quais são as conexões entre a desvalorização da Pedagogia, sobretudo nos campos de atuação tidos como femininos, e as questões de gênero? Nos parece irrefutável a tese de que tais profissões são afetadas, nos cabe refletir em que medida, bem como quais os processos empreendidos para que isso ocorra.

Cientes da concretude da realidade anteriormente abordada, passamos então a refletir sobre conexões possíveis sobre as questões de gênero e o exercício da Pedagogia no Sistema Socioeducativo. No Brasil o Sistema Socioeducativo é parte componente de um sistema de maior amplitude que podemos nomear como Sistema Penal. Esse se divide no que pode-se compreender como dois subsistemas: 1) Sistema Socioeducativo, destinado a

jovens e adolescentes em conflito com a lei; 2) Sistema Prisional, destinado a toda e qualquer pessoa que cometa um crime sendo maior de 18 anos. Ambos os sistemas foram idealizados para lidar com indivíduos que infringiram a ordem por meio do não cumprimento das leis.

Em tese, os sistemas teriam propostas e objetivos diferentes. O Sistema Prisional teria a premissa de penalizar aquele indivíduo que, no usufruto de sua liberdade e consciente de sua condição como sendo responsável pelos seus atos e passível de punição tenha incorrido em quebra da ordem ao infringir a lei (Código Penal, Art 1º). Em contrapartida, o Sistema Socioeducativo, por lidar com indivíduos ainda inimputáveis, que não alcançaram a maioridade, teria como objetivo principal promover a sua ressocialização (ECA, Art. 112). Embora legalmente tais sistemas apresentem características específicas, há que se destacar muitas similaridades no âmbito da prática cotidiana. Luiz Eduardo Soares (2004), ao abordar a realidade do Sistema Socioeducativo brasileiro e o tratamento dado aos adolescentes e jovens, ressalta que trata-se de uma caricatura, uma vez que instituições destinadas à ressocialização não efetivam sua função.

Diante de um imaginário social que é diretamente afetado por uma mídia televisiva que diariamente espetaculariza a violência em programas pretensamente jornalísticos, nacionalmente veiculados, que reforçam o estigma de que os jovens privados de liberdade são “sementes do mal” que devem ser extirpados da sociedade, os olhares estabelecidos sobre tais sujeitos sequer lhes reconhece como humanos (Martins & Araújo, 2024). E se não são sequer humanos na sua existência porque precisam de educação no Sistema Socioeducativo? Acreditamos que esse processo de desumanização dos adolescentes e jovens contribuem significativamente para o agravamento da negação de seus direitos. Há que se destacar que tais sujeitos, mesmo privados de sua liberdade, não perdem seus direitos mínimos, dentre eles, o direito à educação.

Estamos convictos que essas imagens estereotipadas incidem na depreciação das atividades dos profissionais de Pedagogia, pois fazem com que percam seu significado educativo e passem a representar a imagem de privilégios ou atenuação e anuência de tais profissionais com os erros cometidos pelos jovens. A pesquisadora Daiane Marquis (2023), traz em sua pesquisa dados que apontam a existência de conflito cotidianos entre profissionais do Sistema Socioeducativo que atuam como guardas e outros que atuam como educadores, via de regra, tidos como profissionais de menor prestígio por

representarem com sua atuação docente a garantia de privilégios para os jovens vistos como bandidos.

Em um contexto inóspito para atuação de profissionais da educação, acreditamos que nos casos de profissionais pedagogas os efeitos sejam sentidos com ainda maior potência, muito em função do apontamento anteriormente feito quanto ao agravamento da desvalorização da no caso de uma mulher, que em um ambiente marcado pela lógica beligerante que segmenta guardas e “bandidos” em uma distância abissal, as relações tendem a ser pela aspereza e qualquer mínimo sinal no sentido de garantir o que é de direito dos jovens e adolescentes pode ser visto como fragilidade, despreparo, inaptidão para lidar da devida forma com quem não merece qualquer confiança ou oportunidade de se redimir.

No que tange às contradições e conflitos apontados, nos parece que a busca por melhor compreender as relações entre a Pedagogia, as questões de Gênero e o Sistema Socioeducativo assumem uma maior relevância como contribuição para refletirmos sobre a sociedade na qual estamos inseridos e os modos de combatermos as violências e violações de direitos de quaisquer sujeitos.

## **2.2 Diálogo com os artigos**

A análise dos artigos científicos permitiu identificar tendências, lacunas e desafios na relação entre Gênero, Pedagogia e o Sistema Socioeducativo. Embora a temática de gênero esteja presente em muitas pesquisas, na maioria das vezes, ela aparece de forma secundária, sem um aprofundamento específico sobre a atuação das pedagogas e as dinâmicas de gênero dentro desse contexto. Dentre a totalidade de textos elencados, privilegiamos alguns dos quais são abordados neste artigo.

Entre os trabalhos examinados, o artigo de Uziel e Hernández (2018), “Provocações feministas no sistema socioeducativo: pensando na educação para/com homens jovens”, destaca a ausência de uma abordagem sistemática de gênero dentro das práticas pedagógicas socioeducativas. As autoras argumentam que a reprodução de desigualdades dentro desses espaços compromete a efetividade de uma educação verdadeiramente inclusiva. Somado a isso, tem-se a problemática evidenciada por Martins e Araújo (2024), que, ao analisarem as dinâmicas internas das unidades socioeducativas, apontam para uma hierarquização de papéis. A centralidade das funções de segurança, em

detrimento do trabalho pedagógico, restringe a autonomia das educadoras e reforça a marginalização do saber pedagógico nesses espaços.

No mesmo sentido, Marquis (2023) ressalta os desafios enfrentados pelas pedagogas no cotidiano institucional, evidenciando tensões entre agentes de segurança e profissionais da educação. A autora indica que essa tensão se intensifica devido à predominância de uma cultura institucional punitivista, que frequentemente deslegitima práticas educativas mais humanizadas.

Por outro lado, o artigo de Santos e Santos (2019), “Entre as frestas da grade e o barulho do cadeado: a educação como horizonte de garantia de direitos”, enfatiza o papel das pedagogas na construção de um ambiente que transcenda a mera contenção dos jovens. A pesquisa qualitativa realizada em uma unidade de internação no Distrito Federal revela que a ressignificação da educação nesses espaços passa pelo reconhecimento do valor formativo da atuação pedagógica. Ainda nesse contexto, o estudo de Silva e Araújo (2019), “Educação Formal nos Centros Socioeducativos do Estado do Ceará”, reforça a necessidade de uma abordagem educacional que vá além da escolarização tradicional, incorporando práticas pedagógicas sensíveis às trajetórias dos jovens em conflito com a lei.

A ausência de um olhar aprofundado sobre a atuação das pedagogas e as dinâmicas de gênero nesses espaços se repete ao longo dos estudos analisados. Trabalhos como o de Costa, Cossetin e Fernandes (2021), “Políticas educacionais na socioeducação: a educação escolar na internação provisória”, indicam a fragilidade estrutural das políticas educacionais voltadas para adolescentes privados de liberdade. O déficit de unidades de atendimento escolar e a ausência de diretrizes específicas para a atuação das pedagogas reforçam a necessidade de um olhar mais atento a essas questões.

Nesse mesmo viés, o artigo de Lopes, Mercês e Sales (2020), “Mobilizando o desejo de aprender: leituras de mundo em contextos de educação em situação de privação de liberdade”, propõe uma reflexão sobre o papel da leitura e da escrita como instrumentos de ressignificação da identidade dos jovens nesses espaços. A pesquisa enfatiza a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem as vivências dos adolescentes, em contraposição a modelos tradicionais de ensino que desconsideram sua realidade social.

Outro estudo relevante, Mattos e Melo (2020), “Experiências de autoria na socioeducação: literatura em liberdade”, investiga um projeto de oficinas de escrita criativa em uma unidade feminina de internação. A experiência relatada pelas autoras evidencia a

importância de metodologias que promovam a expressão subjetiva das adolescentes, permitindo que construam novas narrativas sobre si mesmas e sobre seu lugar no mundo.

Ao longo da análise, percebe-se que os estudos sobre o Sistema Socioeducativo frequentemente abordam o impacto das práticas pedagógicas sobre os jovens, mas negligenciam as condições de trabalho das pedagogas. A pesquisa de Onofre e Nunes (2020), “Jovens em situação de privação de liberdade: repensando os processos educativos no centro de atendimento socioeducativo de Cuiabá/MT”, ilustra essa lacuna. Embora o estudo analise a percepção dos jovens sobre a educação nesses espaços, ele não explora os desafios enfrentados pelas pedagogas para implementar práticas educativas transformadoras.

Desta forma, é evidenciado a constatação inicial e também emergida das pesquisas: a escassez de estudos que abordem especificamente a atuação das pedagogas dentro do Sistema Socioeducativo. Embora haja uma vasta produção acadêmica sobre a educação nesse contexto, a grande maioria dos trabalhos não distingue as experiências de profissionais mulheres e homens, desconsiderando as especificidades de gênero no exercício da pedagogia. A invisibilização das pedagogas e suas práticas pedagógicas não apenas desvaloriza o campo educacional como um todo, mas também marginaliza a perspectiva feminina, reforçando uma estrutura de poder que privilegia os profissionais masculinos e os setores da segurança, em detrimento das educadoras.

Em vista das considerações acima expostas, as pesquisas indicam de forma inequívoca que o debate sobre gênero dentro do Sistema Socioeducativo ainda se encontra em sua fase inicial e carece de um aprofundamento substancial. A limitada atenção dispensada a essa temática na produção acadêmica reflete, em grande parte, um desinteresse estrutural em questionar e reconfigurar as desigualdades de gênero que perpassam esse ambiente, perpetuando uma visão unidimensional da realidade educacional.

## **2.3 Inquietações, certezas e incertezas**

Durante o percurso de muitas leituras, reflexões e escrita, passamos por vários momentos em que nos sentimos inquietos (as), sem um norte ou uma bússola. Contudo, se antes nos sentimos decepcionadas por uma mudança abrupta de roteiro, no decorrer da

busca bibliográfica percebemos que a não possibilidade de ir a campo nos abriu caminhos para outras indagações tão pertinentes quanto às primeiras.

Compreendemos então que alguns levantamentos deveriam ser feitos quanto às possíveis razões para a insuficiência de estudos que correlacionam a profissional mulher no exercício da pedagogia com o espaço socioeducativo. Entendemos então, que, a existência de alguns inconvenientes como, os percalços pelos quais os acadêmicos e estudiosos precisam lidar na escrita da área socioeducativa em geral, assim como a pouca relevância dada pela sociedade a estes estudos, e a junção das questões de gênero à essas temáticas intensificava ainda mais tal insuficiência.

Durante muitas conversas e reuniões discutimos sobre como tais grupos, às margens de uma sociedade patriarcal, classista, desigual, homofóbica, meritocrática, cotidianamente já sofrem pela invisibilidade de seus direitos, e sendo assim, uma vez que tal ocorrência se torna habitual nas vivências em sociedade, o que impede à academia, talvez inconscientemente, de perpetuar tais dinâmicas, sobretudo, quando os artigos e estudos acadêmicos relacionados a tais questões não recebem tantos gracejos, visibilidade e condecorações como outras temáticas? Um dos aspectos emergentes dessas dinâmicas, se torna visível na nitidez e notabilidade dada a classificação de revistas, que ocupam posições inferiores a outras revistas com produção acadêmicas consideradas de maior relevância.

Somando-se a isso, com a coleta dos quinze estudos que encontramos no google acadêmico, observamos que o gênero aparece recorrentemente como pauta de discussão em sua maioria, sendo apresentado em diversos cenários e horizontes, embora raramente tenha sido visto como tópico primordial destas pesquisas. Tal dinâmica, recorrente não apenas nas pesquisas da área da educação, mas em aspectos gerais, nos parece sinalizar que pode haver um movimento que incide na irrelevância e renúncia dada pela academia, atualmente, nas problemáticas de gênero. Apesar da existência de conversas, debates e reflexões acerca de uma sociedade machista e patriarcal, que mantém sua rotina, o quantitativo de trabalhos exíguos disponíveis neste levantamento pode sugerir que não se nota um interesse notório da estrutura social, com prevalência masculina, de alterar a roda mantenedora de seus privilégios.

Tal perspectiva de irrelevância e renúncia dada pela academia, em relação às problemáticas de gênero, e com enfoque especial na área socioeducativa, chegamos a

conjecturar como se dá às relações entre as profissionais mulheres de pedagogia com os demais setores presentes no espaço socioeducativo, destacando os guardas de segurança, pensando no viés da disputa de espaço e poder que estão presentes na rotina deste trabalho. Acreditamos que as percepções sociais acerca da divisão de trabalho, e separação do que é serviço de homem e serviço de mulher, são capazes de alterar e/ou influenciar as dinâmicas dos espaços socioeducativos, desqualificando a profissão, e resumindo as práticas pedagógicas à natureza da mulher e maternidade.

Por fim, chegando ao fechamento desse capítulo, nos deparamos com mais questionamentos do que respostas, o que nos parece ser algo mais virtuoso que problemático. Com tantas hipóteses, questionamentos e cenários que pensávamos existir, nos deparamos com uma realidade complexa que inviabiliza uma verdade cabal das condições de trabalho das pedagogas nos espaços socioeducativos. Problemáticas que pela sua diversidade apontam a urgência de que esse debate seja aprofundado por meio de outras pesquisas, essas que são diversas, e que precisam ser aprofundadas em outros artigos futuros, contribuindo para a consolidação desse campo da educação.

Um caminho que nos parece ser exitoso seria ampliar os incentivos a bolsas de pesquisa, bolsas de iniciação científica, que consequentemente iria reverberar no acervo acadêmico acerca do tema, de maneira a demandar do Estado uma maior atenção ao fato. Por meio da mobilização do Estado, esperasse que haja uma maior abertura dos acessos a esses espaços, que tem como premissa a ressocialização e humanização, possibilitando o exercício dos direitos e melhores oportunidades para os funcionários e jovens inseridos nas instituições.

### **3 CONCLUSÃO**

O fim, via de regra, traz consigo o arquétipo de algo acabado, a representação de nada mais haver após esse ponto, o alcance de um patamar de encerramento e aos nossos olhos, em se tratando de um artigo de cunho acadêmico, decorrente de uma pesquisa específica, tal imagem não se mostra adequada ao que nos propusemos a trazer para o debate. A ciência, seja ela de qual vertente emergja, cobra de quem a pratica a humildade de lidar com limitações e possibilidades de avanço vindouras. Não se trata de uma figura de retórica, reconhecer que uma verdade de exatidão irrefutável seja impossível em um trabalho, nos parece servir menos como desqualificação e mais como expressão de

maturidade acadêmica. Por isso, mesmo que não apresentemos uma conclusão cabal, não nos furtamos a explicitar nossas convicções, propriamente sustentadas em análise e argumentação, ao fim dessa empreitada.

Uma pesquisa de cunho bibliográfico, desenvolvida com o uso de uma base de disponibilização de dados e artigos acadêmicos traz consigo o problema da dinamicidade da referida base. A humanidade está inserida em processo dinâmico de produção de dados e informações, o que é virtuoso, entretanto, advém desse mesmo contexto um sentimento de desalento, de impotência, e que com o avanço da inteligência artificial, remete ao mito de Sísifo (Blackburn, 1997) exercido na sociedade atual. Entretanto, mesmo diante da complexa realidade apontada, nos propusemos a uma pesquisa e a desenvolvemos com o devido compromisso acadêmico e rigor metodológico.

Esperamos ter produzido elementos que possam ser agregados a outras pesquisas com o fito de ampliar o espectro de compreensão quanto às questões que envolvem a Pedagogia, as questões de Gênero e o Sistema Socioeducativo. Inicialmente, se não cabe afirmar uma escassez de produções quanto às temáticas em âmbito geral, nos parece que o fato de tão poucos trabalhos surgirem em uma pesquisa no computador, sinaliza, minimamente, que o acesso a tais informações é precário, diminuto ou enviesado, por algum motivo. Isso nos aparenta possíveis problemas na base de pesquisa, ou mesmo, impedimentos e obstáculos decorrentes de algoritmos quando da feitura da pesquisa.

Em contexto no qual as pessoas estão recorrendo à rede mundial de computadores como *locus* privilegiado para se informar, a disponibilização de informações qualificadas é uma necessidade urgente. Uma certeza temos, a não circulação de informações qualificadas sobre uma temática na internet favorece a ampliação da circulação de informações incorretas, ou mesmo, inverídicas. Tal recurso, de divulgação de notícias falsas, tem servido para atacar determinados sujeitos eleitos como inimigos por forças conservadoras, dentre esses sujeitos encontramos as mulheres, as classes pobres e periféricas, os negros, pessoas LGBTQIAPN+, dentre outros que possam destoar do que se pensa como “normal”.

Por mais que possa soar como lugar comum, no caso da presente pesquisa, essa sinaliza, minimamente, a manutenção de estrutura social perene que perpetua determinadas questões e sujeitos estereotipados, como sendo menos valorizados. Em se tratando dos espaços socioeducativos, para além de suas contradições, o imaginário social reverbera na invisibilidade de tais lugares quanto às políticas públicas. Tangencialmente à essa

conjuntura, a integração das questões de gênero e da atuação pedagógica reforçam o menosprezo quanto a esse debate na sociedade, prevalecendo a simplificação das práticas pedagógicas à natureza da mulher e da maternidade.

Ao fim e ao cabo, um horizonte aparentemente exitoso para intervir em tal realidade seriam ampliação investimento em produção de conhecimento de qualidade, pesquisas que proporcionem o avanço do debate por meio de incentivos, bolsas de pesquisa, bolsas de iniciação científica, que poderiam servir para dinamização e acesso à realidade acerca do tema, compelindo o Estado a direcionar maior atenção. Um processo árduo e demorado, mas que mesmo em pequenas doses, pode servir como qualificação desses espaços, possibilitando o efetivo exercício dos direitos e melhores oportunidades para todos que estejam inseridos nas instituições.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de; MARTINS, Francisco André Silva; DIAS DUARTE, Regina. A educação para jovens e adultos privados de liberdade em Minas Gerais : Educação como direito humano. **SCIAS. Direitos Humanos e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 105–124, 2024. DOI: 10.36704/sdhe.v7i2.8968. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/8968>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Nova Fronteira, 2008. Vol. 1.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorga Zahar Editor, 1997.

BRASIL. Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Brasília, 1940. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União. ano 1990.

COSTA, Débora Pereira da; COSSETIN, Márcia; FERNANDES, Maria Nilvane. Políticas educacionais na socioeducação: a educação escolar na internação provisória. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v.12, n.35, 843-866, 2021.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**. São Paulo: Olho D'água, 1997.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **O que é Pedagogia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

LOPES, Adriana Maria Gomes; MERCÊS, Darlaine Pereira Bomfim das; BARRETO, M. G. B; Sales, Márcia Andrade. Mobilizando o desejo de aprender: leituras de mundo em contextos de educação em situação de privação de liberdade. *In: II Jornada de estudos sobre eja em contexto de privação e restrição de liberdade*, n.2, 2020, online. Anais. UFT, 215-226, 2020.

MAINARDES, Jefferson. A Metapesquisa no campo educacional: aspectos teórico-conceituais e metodológicos. *In: MAINARDES, Jefferson (Org.). Metapesquisa no campo da Política Educacional*. Curitiba: Editora CRV, 2021.

MARQUIS, Daiane Evelyn Ponciano. **A política pública de atendimento socioeducativo em Minas Gerais sob a perspectiva do ciclo de políticas**. 2023. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais.

MARTINS, Francisco André Silva; AMARAL, Felipe Bueno. **EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: Potencialidades e Obstáculos**. SciELO Preprints, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.6305. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6305>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MARTINS, Francisco André Silva; ARAÚJO, Regina. Magna Bonifácio de. “SEMENTE DO MAL”: PENSAR A EDUCAÇÃO DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI E PRIVADOS DE LIBERDADE, ESTIGMAS E ESTEREÓTIPOS. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, p. e024125, 2024. DOI:10.21723/riace.v19i00.18937. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/18937>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MATTOS, Jéssica Mantuano Gonçalves Ramos; MELO, Vanessa Maria de. Experiências de autoria na socioeducação: literatura em liberdade. *In: II Jornada de estudos sobre eja em contexto de privação e restrição de liberdade*, n.2, 2020, online. Anais. UFT, 227-237, 2020.

MIRANDA, Kátia Aparecida da Silva Nunes; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; LOPES, Clóris Violeta Alves. Jovens em situação de privação de liberdade: repensando os processos educativos no centro de atendimento socioeducativo de Cuiabá/MT. *In: II Jornada de estudos sobre eja em contexto de privação e restrição de liberdade*, n.2, 2020, online. Anais. UFT, 176-188, 2020.

SANTOS, Catarina de Almeida; SANTOS, Ingrid Louize Nascimento dos. Entre as frestas da grade e o barulho do cadeado: a educação como horizonte de garantia de direitos. **Revista Textura - ULBRA**, Brasília, v.21, n.47, 155-173, jul/set.2019.

SILVA, Maria Andréa Luz da; ARAÚJO, Maria Evelyana Alves de. Educação formal nos centros socioeducativos do estado do Ceará. *In: Inovação e Tecnologia Social*, Ceará, v.1, n.1, 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. *In. NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). Juventude e Sociedade*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

UZIEL, A. P.; HERNÁNDEZ, J. G. **A educação no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro: gênero e configuração das escolas**. Momento: Diálogos com a Educação, 2018.